

# UM ESTUDO SOBRE A FORMAÇÃO DE ESTUDANTES INDÍGENAS NO CURSO DE LICENCIATURA EM PEDAGOGIA NA UNILAB – CE<sup>1</sup>

Lucas Eduardo Alves Martins<sup>2</sup>

Joana D’Arc Sousa Lima<sup>3</sup>

## RESUMO

Este artigo traz uma reflexão acerca da formação de estudantes indígenas do curso de Pedagogia da Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira – Unilab, campus Ceará, contextualizando aspectos da educação escolar indígena, formação de professores, história do povo Kanindé e impressões dos estudantes indígenas a respeito do curso de Licenciatura em Pedagogia da Unilab – CE, por meio da aplicação e análise de um questionário realizado na plataforma *Google Forms* com esses estudantes, que adentraram a Unilab – CE no primeiro edital especial para quilombolas e indígenas, no ano de 2018, via o edital N°33/2017. Também, essa pesquisa materializada em artigo científico, carrega em seus escopo teórico-metodológico um conjunto de textos e produções de autoria dos (as) indígenas do Ceará. Essa opção faz parte do caminho epistemológico decolonial que decidimos seguir nesta investigação. O trabalho tem como objetivo compreender a formação de estudantes indígenas no curso de pedagogia, e busca identificar se há interação de saberes indígenas, carregados nos corpos, nas memórias e histórias trazidas pelos (as) indígenas que chegam na Unilab, com os conhecimentos acadêmicos da universidade. Trago uma abordagem metodológica qualitativa e exploratória com referências indígenas como Santos e Martins (2016), Santos, Silva e Jales (2022) e outros autores importantes para esse estudo como Neto (2006) e Xavier (2012). Algumas reflexões são feitas, no decorrer do texto, por meio de coleta de dados que parte de relatos de autoria desses estudantes indígenas vinculados ao curso de Licenciatura em Pedagogia da Unilab – CE.

**Palavras-chave:** Educação dos Povos Indígenas. Educação Escolar Indígena. Pedagogia Unilab. Povos Indígenas do Ceará.

---

<sup>1</sup> Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira

<sup>2</sup> Graduando em Pedagogia pela Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira (UNILAB-CE). E-mail: [lucasedu309@gmail.com](mailto:lucasedu309@gmail.com)

<sup>3</sup> Professora Adjunta do Instituto de Humanidades, da Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira, graduada em Licenciatura em História pela Universidade Estadual Paulista – Júlio de Mesquita Filho, Mestra em Sociologia pela Universidade Estadual Paulista – Júlio de Mesquita Filho, Dr<sup>a</sup> em História pela Universidade de Pernambuco, Pós-doutorado em Ciências Humanas. E-mail: [joana.darc.lima@unilab.edu.br](mailto:joana.darc.lima@unilab.edu.br)

## • 1 INTRODUÇÃO

O presente trabalho busca compreender como os conhecimentos acadêmicos propostos pelo Curso de Licenciatura em Pedagogia na Unilab Ceará estão contribuindo para a formação dos primeiros estudantes indígenas que adentraram à universidade no ano de 2018, via o edital N°33/2017, analisando aspectos sobre possíveis trocas de saberes entre estes estudantes e a universidade, entre esses estudantes e os saberes acadêmicos, entre os saberes e as tradições dos (as) indígenas, recém chegados, e, o currículo institucional universitário.

Num primeiro momento, temos no horizonte maior, o desejo de verificar quais foram os conhecimentos que esses estudantes compartilharam, por meio de suas vivências, dentro do curso de pedagogia, tendo em vista os desafios que os mesmos indígenas têm ao adentrar no ensino superior, e, refletir os próprios desafios do curso de Licenciatura em Pedagogia da Unilab – CE para atender as demandas desses estudantes.

Trata-se também de trazer um breve contexto dos povos indígenas do Ceará e apresentar uma sumária discussão sobre educação escolar indígena e suas perspectivas pedagógicas. Com discussões sobre os povos indígenas no ensino superior.

Para o andamento da pesquisa foi feito um questionário na plataforma *Google Forms* e aplicado com cinco estudantes indígenas que ingressaram na universidade por meio do edital N°33/2017 no curso de Pedagogia da Unilab – CE. O formulário eletrônico coletou algumas informações importantes para o presente trabalho, trazendo dados que vão ajudar a compreender as reflexões postas nesta pesquisa, destaco ainda que as respostas coletas tem propósitos acadêmicos sem fins lucrativos.

Essa pesquisa é de caráter exploratória e qualitativa com a finalidade de compreender o processo educacional de formação de estudantes indígenas no curso de Licenciatura em Pedagogia da Unilab – CE. Segundo Goldenberg (1997), a pesquisa qualitativa aborda um modelo único de pesquisa para todas as áreas das ciências e que ajuda a compreender e explicar o porquê das coisas. Já a pesquisa exploratória, Gil (2007) comenta que traz uma abordagem que busca uma proximidade da realidade com o sujeito de pesquisa e que usa de entrevistas com pessoas que tiveram experiências práticas com o problema pesquisado. O presente artigo está dividido em seis tópicos. No primeiro momento uma breve contextualização dos povos indígenas do Ceará, no segundo um pouco da história do povo Kanindé, isso se justifica em razão de minha origem indígena do povo Kanindé e um breve relato da minha trajetória na universidade.

E em seguida trago uma breve narrativa sobre educação escolar indígena, narrando sua importância para os povos originários e apresento marcos históricos importantes para tal.

No próximo tópico disserto sobre a formação dos estudantes indígenas, focando em elementos importantes obtidos pela aplicação do questionário eletrônico, onde se inicia importantes análises de questões fomentadas nesse trabalho, por último apresento as considerações finais que a pesquisa pode alcançar, considerações sempre abertas para outras interpretações e novas investigações.

## • 2 POVOS INDÍGENAS DO CEARÁ

No Ceará são 15 etnias indígenas que estão divididos em 24 territórios em 19 municípios, segundo a Federação dos Povos Indígenas e Organizações Indígenas do Ceará – FEPOINCE, são aproximadamente cerca de 30 mil indígenas divididos em várias regiões do estado.

No Ceará a presença indígena foi negada por muito tempo e dita como "extinta" na metade do século XIX com o objetivo de exploração das terras indígenas para pecuária, com base nisso, segundo Neto (2006, p.24) “a negação das condições étnica dos povos indígenas pode ser compreendida como uma estratégia cuja a implementação resultaria na apropriação das terras dos índios”. Esse discurso da não existência de povos indígenas no Ceará repercute em tensões ainda mais absurdas quando as comunidades indígenas são taxadas como "proveitadores" ou falsos “índios”.

A luta pelo processo de reconhecimento das populações indígenas no Ceará ocorre no final do século XX, quando essas populações não reconhecidas pelo estado começam a se organizar em movimentos indígenas por meio da participação nas reivindicações de seus direitos assegurados, conforme comenta Cunha (1992) “o forte sentimento étnico traduzir-se-ia na reivindicação de seus direitos históricos, notadamente seu reconhecimento como índios plenos e a posse das terras” (DANTAS in CUNHA, 1992, p.454).

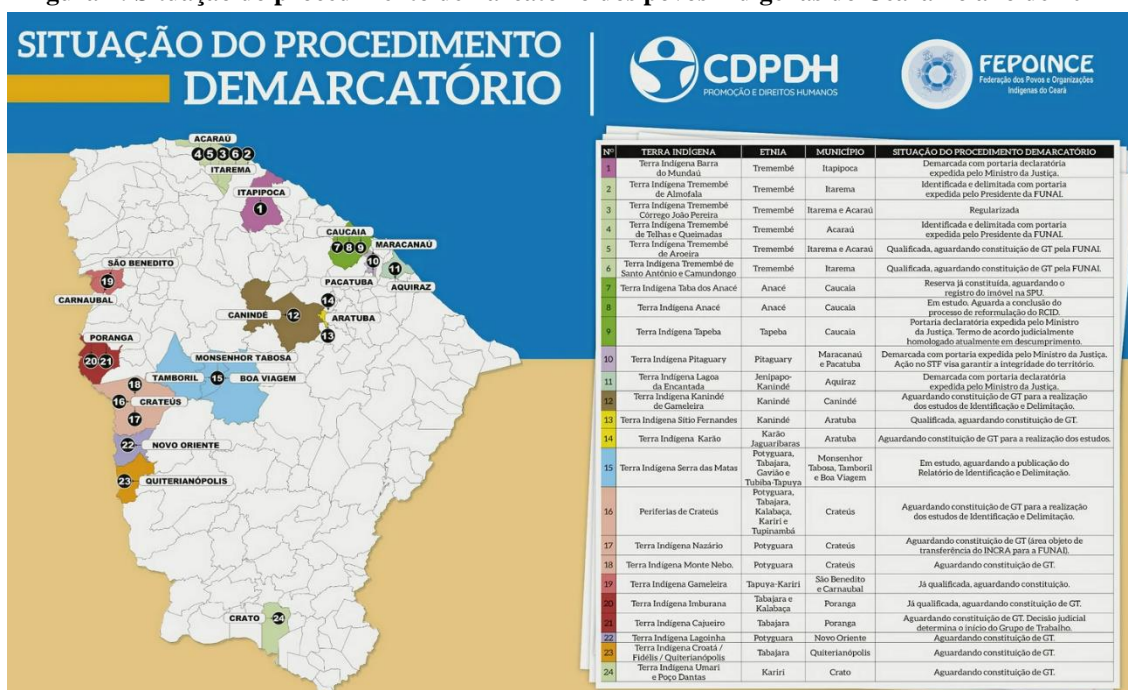
Diante deste contexto os povos originários passaram a organizar intensas mobilizações entre si com uma grande campanha de demarcação de terras indígenas em 1993, no Ceará, tornando pública suas reivindicações, a saber:

[...] a organizações de movimentos sociais indígenas criou as condições para reverter a tendência ao silenciamento oficial quanto ao reconhecimento étnico dos índios, no Ceará, e,consequentemente, quanto aos seus direitos à terra. Em vez de decretar a extinção dos índios,o poder local passou a reconhecer sua existência.Em vez de ser conivente a desapropriação dos territórios indígenas, reconhece-os juridicamente como de sua propriedade. (NETO, 2006, pg.27).

Os processos de reivindicações destes direitos levaram os povos indígenas do Ceará a grandes desafios diante de diversos segmentos sociais, considerando todo um período de silenciamento e de marginalização dos povos originários. Com efeito, uma das estratégias para assegurar seus direitos foram, e, ainda, são suas mobilizações locais a fim de fortalecer suas bases.

Atualmente no Ceará poucas etnias tem suas terras homologadas, no entanto todos os territórios indígenas vivem em constantes lutas pela proteção de seus territórios e pela garantia de melhorias de vida para suas populações.

Figura 1: Situação do procedimento demarcatório dos povos indígenas do Ceará no ano de 2022



Fonte: Centro de defesa e promoção dos direitos humanos da arquidiocese de Fortaleza

### • 3 POVO KANINDÉ

O povo Kanindé está localizado no estado do Ceará na região do Maciço de Baturité e no sertão central do município de Canindé e se divide em três comunidades Fernandes e Balança que se localizam no município de Aratuba e a comunidade Gameleira que está localizada no município de Canindé. Segundo a obra “Pelas veredas da memória: história, afirmação étnica e organização comunitária entre os índios Kanindé”, dos professores indígenas Suerdo Kanindé e Suzenilson Kanindé, os processos de organização e afirmação do povo Kanindé se inicia em 1995 com o contato com outros povos indígenas do estado do Ceará.

Seu processo de afirmação e organização étnica enquanto povo indígena Kanindé se iniciou em 1995, a partir do contato com as demais etnias do Ceará, principalmente os Tremembé de Almofala, estimulados pela entidade

indigenista Associação Missão Tremembé (AMIT)<sup>1</sup>. Desde então, nasce uma grande mobilização pela afirmação étnica, pela demarcação do território, saúde, educação diferenciada, memória etc. obtendo crescente reconhecimento público e governamental. (MARTINS in SANTO, 2016, p.11).

Em estudos realizados por Alexandre Oliveira Gomes (2012, p.78), o autor nos mostra alguns trajetos importantes da história dos Kanindé, segundo o mesmo, “Kanindé, Jenipapo e Paiacú seriam parentes do mesmo tronco Tarairiú e que a partir do século XVII são relatados nas batalhas do sertão, em alianças com outros povos, ou contrários e vindos logo após essas ações aldeados em Monte Mor (Baturité e Pacajus)”. Ampliando as narrativas sobre a história dos antepassados do Povo Kanindé, o pesquisador indígena Suzenilson Kanindé e Suerdo Kanindé consideram que,

Os Kanindé são considerados na historiografia como sendo um povo nômade da grande nação dos Tarairiú, chamados em muitas fontes de Tapuias, que ocupavam diversas áreas do sertão das capitâneas de Pernambuco, Paraíba, Itamaracá e Rio Grande do Norte. Entraram definitivamente na História do Brasil Colonial quando um de seus principais, o chefe indígena Canindé, que liderava os Janduíns aos quais faziam parte deste grupo também os Kariri, no século XVII, forçou a assinatura de um tratado de paz com o rei de Portugal, Dom Pedro I.” (MARTINS, in SANTOS, 2016 p.12).

Os Kanindé ainda tem muito a desvendar sobre sua história e seus ancestrais, nesse sentido a comunidade continua arduamente em seus processos de fortalecimento étnico, nas tradições culturais, na luta por seus direitos e na oportunidade de seus jovens ocuparem os diversos espaços educacionais. E é nesse contexto que inicio minha trajetória adentrando a Unilab<sup>4</sup> no município de Redenção – CE, saindo da minha comunidade Balança no final de 2017 para participar do primeiro edital específico destinado às comunidades tradicionais Indígenas e Quilombolas via o edital N° 33/2017, com 11 vagas para o curso de Licenciatura em Pedagogia campus Ceará. Vale enfatizar que outros editais como este foram criados para outros cursos e institutos, mas essas vagas destinadas a essas comunidades tradicionais nunca foram uma política de ação afirmativa da Unilab, mas sim para preencher vagas ociosas dos cursos da universidade. Desde 2019 não houve abertura de outros editais de inclusão da população quilombola e indígena, acarretando um grande esvaziamento e a diminuição na entrada de indígenas na universidade. A

---

<sup>4</sup> Em 20 de julho de 2010, a Presidência da República sancionou a Lei nº 12.289 instituindo a Unilab como Universidade Pública Federal. Desta forma, a Unilab nasce baseada nos princípios de cooperação solidária entre os povos. Em comum acordo com os países parceiros, tornou realidade a criação de uma universidade no Brasil alinhada à integração com o continente africano, principalmente com as nações que integram a Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP). Todas as informações foram retiradas do Site <https://unilab.edu.br/sobre-a-unilab/>. Acesso em: 17/12/2022 às 17:15h.

Tabela 01 a seguir mostra o quantitativo de estudantes que adentraram na Unilab a partir dos editais específicos.

**Tabela 01 – Quantitativo de entradas de estudantes indígenas na Unilab através dos editais específicos.**

<b>Entradas</b>	<b>Edital</b>	<b>Indígenas (CE)</b>	<b>Indígenas (BA)</b>
Entrada 2017.2	Edital nº 33/2017	05	00
Entrada 2018.1	Edital nº 14/2018	28	01
Entrada 2018.2	Edital nº 30/2018	27	00
Entrada 2019.1	Edital nº 10/2019	24	00
Entrada 2019.2	Edital nº 25/2019	02	00
<b>Total</b>		<b>83</b>	<b>01</b>

Fonte: Adaptado de FERREIRA; SANTOS; COSTA (2022, p.136)

Importante ressaltar que com a entrada de estudantes indígenas na Unilab via o edital N° 33/2017, criamos coletivamente o COESI - Unilab (Coletivo de Estudantes Indígenas da Unilab), na intenção de nos reunir e conhecer quem são e quais povos indígenas estão presentes na universidade, além de buscar um fortalecimento coletivo para enfrentar as dificuldades dentro da instituição e marcamos nossa presença nesse espaço que também é de luta e resistência para os povos indígenas do Ceará.

Em 2018 eu passo a residir no município de Redenção – CE, cerca de 70 km de distância da comunidade em que resido. Adaptação na cidade foi de certo modo tranquila, diferentemente da adequação ao espaço acadêmico que foi bem difícil. Acompanhar essa dinâmica universitária foi um desafio. Eu não estava habituado aos textos propostos para serem lidos, a rotina de atividades, as normas de escrita, foi tudo novo e ao mesmo tempo desafiador em um espaço que não era o meu território. Nesse mesmo tempo fui bem acolhido pelos professores e professoras do curso de pedagogia no qual tive contato.

A Unilab foi uma surpresa, nunca tinha ouvido falar em uma universidade com uma proposta diferente com integração com a Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP), mesmo que ainda nova se comparada a outras universidades. E nessa trajetória de vivências acadêmicas com colegas de curso, professores e professoras fui amadurecendo e aprendendo nas trocas de saberes, com colegas africanos (as), com outros estudantes indígenas, quilombolas, povos de terreiros e de diversos outros territórios. Nesse processo marcado pelas diferenças raciais, culturais, de gêneros e de corpos

dissonantes que fui amadurecendo e construindo ideias que originaram esse trabalho, ou seja, entre as novidades que a academia oferecia e os saberes e experiências que eu carregava trazidas do meu povo. Nessa perspectiva de pensar e refletir sobre como está e como se dá a formação de estudantes indígenas no curso de Pedagogia? Que trocas de saberes foram produzidas desde a entrada desses estudantes indígenas no curso de Licenciatura em Pedagogia e quais desafios foram e são enfrentados na universidade pelos (as) indígenas?

Foi com esses questionamentos que o tema dessa pesquisa surgiu para enfatizar a importância dos povos originários nesse espaço universitário e a relevância de seus saberes para contribuição no campo do pensar e fazer pedagogia, com base nas realidades de cada estudante e de suas vivências na comunidade e na universidade.

#### • **4 EDUCAÇÃO ESCOLAR INDÍGENA**

Para falarmos de educação escolar indígena temos que entender o termo e o que veio antes dessa modalidade diferenciada que conhecemos hoje. A educação para "índios" foi um instrumento usado pelos colonizadores, junto com a ideia de missão dos padres jesuítas para "domesticação" dos povos originários com o princípio de "torná-los humanos e pacíficos".

Ao implantar a escola na comunidade indígena os jesuítas tinham o intuito de se aproximar dos índios para que pudessem conquistar a sua confiança, aprender suas línguas para poder manipulá-los de forma que eles não tinham direito de rejeição, no caso de rejeição seriam punidos e reprimidos por causa da sua rebeldia. No entanto, eles tinham que fazer somente que fosse de interesse dos jesuítas. Os índios não tinham noção de o que seria uma escola e muito menos para que servia, todavia essa escola tinha a função de transformar a comunidade e levava os índios a seguir regras e padrões impostos por ela, mudando toda a sua cultura principalmente a sua linguagem. Os índios tiveram que abdicar da sua linguagem e adequar-se ao português que era a língua falada por todos da companhia jesuítica. (CARVALHO; SANTO; LOPES, 2008, p.70)

A educação escolar se diferencia em outros aspectos aos povos originários em sua perspectiva de ensino pensando nas tradições de cada povo, e suas próprias organizações.

A educação escolar Indígena que foi proposta por Meliá em 1970 e ampliada por Lopes em 1980. Os autores objetivaram diferenciar Educação Escolar Indígena de Educação Indígena para que houvesse um melhor entendimento das posturas implícitas nessas modalidades. Educação Indígena é a aprendizagem espontânea em que a criança ou jovem observam as outras pessoas a praticarem as atividades corriqueiras nas aldeias e com isso vão aprendendo sem maiores explicações as suas tradições de reprodução social. Dessa forma que lhe é transmitida a Educação Indígena, onde todos são alunos e ao mesmo tempo professores, porque todos aprendem juntos. Por meio dessas atividades que crianças e jovens são preparados para se tornarem sujeitos

plenos e produtivos de seu grupo étnico. Para os mesmos autores, a Educação Escolar Indígena é a educação transmitida formalmente através da escola. (COLLET, 2006, p. 117).

Com efeito, a educação escolar indígena tem um papel importante, ela não se enquadra somente no processo de transmissão de conhecimentos formais, mas se soma com os conhecimentos das comunidades indígenas e fortalece seus processos educacionais e de luta política por seus direitos. De acordo com as autoras (es) Silva; Santos e Jales (2022),

A escola estudada é pensada a partir das concepções que se tem de educação escolar indígena, partindo de um movimento coletivo, que respeita todos os valores da aldeia e, sobretudo, os saberes dos troncos velhos. A educação se fundamenta a partir das concepções que se tem do ser humano, no contexto da ação e da reflexão, entendendo que a comunidade e os movimentos comunitários são a base da educação escolar Kanindé. SILVA,SANTOS e JALES (2022,p.73)

A LDB (Lei de Diretrizes e Bases) criada pela Lei 9.394 de 20 de dezembro de 1996 no seu artigo 32, § 3º, garante às populações indígenas a utilização de seus próprios processos de aprendizagem e garante um currículo diferenciado dentro das escolas indígenas. Vale lembrar da Lei nº 10.639 de 9 de janeiro de 2003, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir no currículo oficial da rede de ensino a obrigatoriedade da temática “História e Cultura Afro-Brasileira e Indígena”, um marco histórico e importante mesmo que não garanta com efetividade que a Lei seja cumprida. E umas das conquistas mais importantes para os povos originários está na Constituição Federal de 1988 que traz importantes direitos para ações de luta dos povos indígenas.

São reconhecidos aos índios sua organização social, costumes, línguas, crenças e tradições, e os direitos originários sobre as terras que tradicionalmente ocupam, competindo à União demarcá-las, proteger e fazer respeitar todos os seus bens (Constituição 1988, Art.231).

Nesse sentido foi necessário, uma ação direta, para que dentro das comunidades indígenas tivessem professores e professoras indígenas atuando com a proposta de educação diferenciada para os povos originários. Daí nasce a preocupação por uma formação específica para esses educadores que trabalham com uma perspectiva indigenista, então é criado o magistério de professores(a) indígenas.

[...] PNE determina que os sistemas de ensino implementem a profissionalização e o reconhecimento público do magistério indígena, com a criação da categorização de professores indígenas e carreira específica, com concurso de provas e títulos adequados às particularidades linguísticas e culturais das sociedades indígenas, garantindo a esses professores os mesmo direitos atribuídos aos demais do mesmo sistema de ensino, com níveis de



remuneração correspondentes ao seu nível, de qualificação profissional.” (XAVIER, 2012, p. 40).

As conquistas marcantes na história das lutas dos povos originários, não resolvem todos os seus problemas enfrentados desde a colonização do Brasil, mas demarca importantes pontos na luta contra a invasão de suas terras, há uma educação escolar indígena diferenciada, o acesso nos diferentes espaços de educação e a lutar pela continuidade da vida no planeta. Pensar em educação escolar indígena é pensar na formação de professores e professoras indígenas que atuam no cotidiano de suas próprias comunidades, nesse sentido quando colocamos na ordem do dia a dia a formação desses docentes da educação básica, estamos tratando da temática sobre a formação superior deles (as).

#### • **5 FORMAÇÃO DOS ESTUDANTES INDÍGENAS DA UNILAB: CONTROVÉRSIAS, IMPACTOS E DESAFIOS**

Nesta perspectiva entramos no cerne da questão deste estudo e o que nos mobilizou para essa escrita - como já mencionado acima a questão central nasce em virtude da minha experiência e vivência ao adentrar a Unilab – CE. Resultante disso me perguntava: Será que o ensino superior está preparado para atender a esses (as) estudantes indígenas? Será que as instituições de ensino superior estão preparadas para construir um currículo que atenda a esses (as) estudantes? Será que as instituições de ensino superior estão abertas a agregar os saberes prévios desses (as) estudantes que adentram os muros da universidade, em seus currículos? Há escuta no magistério superior para esses saberes que os estudantes indígenas carregam?

Diante dessas questões e procurando caminhos que possam apontar para a reflexão acerca desses questionamentos, sem obviamente buscar respostas prontas e erigir certezas absolutas, ao contrário, pretendo abrir uma reflexão sobre todas elas. Com efeito, passo então a narrar a experiência de estudantes indígenas do Ceará que adentraram a Unilab/CE por meio do primeiro Edital N° 33/2017, especial para a população indígena em 2018.

Para coletar as narrativas dos estudantes foi elaborado um questionário na plataforma *Google Forms* contendo questões sobre a etnia, o município em que os estudantes residem, entre outras questões pertinentes ao estudo, vale ressaltar que ao grupo de foco foi informado que as respostas coletadas possuem apenas finalidades acadêmicas e que não possui nenhuma finalidade lucrativa. A pesquisa foi realizada com cinco estudantes indígenas, um do sexo masculino e quatro do sexo feminino, que

distribuem-se nas etnias, Kanindé de Aratuba – CE e Pitaguary do município de Maracanaú – CE.

Com base nas respostas trazidas pelo questionário pode-se observar as dificuldades que estes estudantes tiveram no início do curso de Licenciatura em Pedagogia da Unilab-CE, uma das perguntas foi sobre como se sentiam no início do curso? E como se sentem hoje? Foi obtido algumas respostas que revelam suas principais dificuldades, como:

*“Eu me sentia insegura. Hoje tenho uma compreensão a mais do que é estar na Universidade.”*

*“Me sentia perdida em relação às atividades, hoje me sinto confiante.”*

*“Me senti totalmente perdida; pois foi algo muito desafiador e novo pra mim no início. Hoje me sinto com o coração cheio de gratidão e com orgulho de fazer parte da Unilab.”*

*“Foi super tranquilo, já havia passado por uma outra experiência na Universidade. Me sinto cansada”*

*“No início estava um pouco perdido e confuso, mas depois as coisas foram melhorando e depois fui me sentindo mais à vontade.”*

As respostas revelam que a maior parte dos estudantes indígenas ao ingressar na universidade e antes da adaptação da dinâmica acadêmica, apresentaram um sentimento de insegurança, possivelmente por ser um espaço novo para eles (as), fora da aldeia, distante dos familiares, amigos e diante de um novo contexto rico em culturas e diversidades. Nota-se ainda que foi necessário um tempo para a adaptação e que após se adaptarem à nova rotina, por mais cansativo que fosse a permanência na universidade, houve uma satisfação, nota-se que também foi relatado por um (a) participante que depois nasceu um sentimento de confiança e gratidão.

Entre o medo, a sensação de sentir perdida em relação às atividades, leituras, dinâmicas de origem do próprio ritual da academia, essa liturgia característica do campo acadêmico, houve uma adaptação e nesse processo, uma adequação ao mundo acadêmico e à suas dinâmicas. Curioso é a fala de um (a) entrevistado (a) que diz do cansaço que tem após se adaptar a essa dinâmica.

Em uma outra questão foi perguntado sobre a contribuição do curso de Pedagogia da Unilab – CE para a sua formação. De acordo com as respostas, o curso é muito importante para formação porque traz uma proposta curricular que não se encontra

em outros cursos de pedagogia e que abre possibilidades de expansão para outros olhares sobre se fazer Pedagogia.

Nesse sentido uma outra questão bem importante que levanta possibilidades para se pensar em um currículo que abranja os estudantes indígenas e a troca de saberes com a universidade, pode-se observar as respostas, abaixo arroladas, proferidas pelos (as) estudantes quando perguntados sobre a contribuição que os estudantes indígenas podem oferecer ao curso de Pedagogia,

*“Nossos conhecimentos culturais.”*

*“Nossa cultura é rica em conhecimentos que podem servir de motivadores de temas para práticas educativas em sala de aula.”*

*“Conhecimentos indígenas que muitos não têm acesso ou conhecimento.”*

*“Cultura”*

*“Há uma grande contribuição, principalmente no compartilhamento de saberes que carregamos da nossa comunidade e que pode trazer para o curso de pedagogia novas perspectivas de um olhar sobre novas pedagogias.”*

Diante das respostas podemos refletir que esses (as) estudantes têm consciência da importância e do valor de seus saberes, de sua cultura, da sua tradição como elementos fundamentais para adentrar o currículo do curso de pedagogia da Unilab. Consideram que seus saberes são importantes para adentrar a Universidade e o currículo da pedagogia: *“(é) no compartilhamento de saberes que carregamos da nossa comunidade e que pode trazer para o curso de pedagogia novas perspectivas de um olhar sobre novas pedagogias.”* Aqui há uma valorização na ideia de compartilhar saberes, da comunidade com os do curso da pedagogia objetivando a construção de uma nova pedagogia.

De acordo com Brostolin e Cruz (2010, p. 33-42)

No cotidiano das universidades constata-se uma clara resistência ao diferente por parte da comunidade acadêmica. Para muitos professores, apesar do número e da proximidade física dos povos indígenas, esta segue sendo uma realidade distante, desconhecida, perpassada por informações equivocadas e preconceituosas, com pouca ou nenhuma relevância para seu trabalho como docente. BROSTOLIN e CRUZ (2010,p.33-42)

Pensar a partir dessas respostas e questões é, a meu ver, trazer um norte sobre as ricas possibilidades de interação com diferentes saberes indígenas e abre caminhos

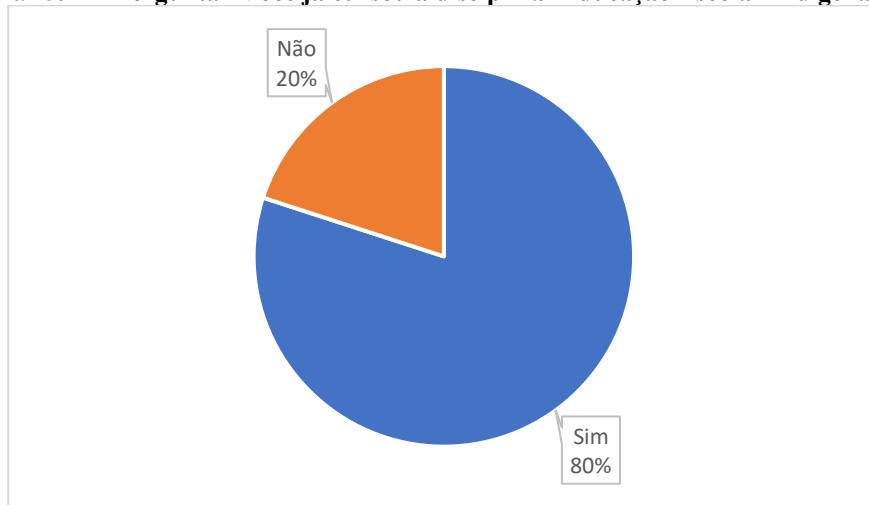
para trocas de conhecimentos com a universidade que podem contribuir para refletirmos sobre um currículo voltado aos estudantes indígenas. Quando se pensa em um currículo voltado aos povos originários, se fala de uma construção coletiva de um currículo pensado pelos estudantes indígenas que contemple sua formação acadêmica refletindo seus territórios, assim como uma pedagogia indígena.

Ao verificar o Projeto Pedagógico Curricular – PPC, publicado no ano de 2016, do curso de Licenciatura em Pedagogia da Unilab – CE percebe-se que há uma componente curricular chamada "Educação Escolar Indígena" que é implementada ano de 2016 e ofertada de forma optativa com carga horária de 30h na grade curricular do curso, e tem como proposta de ementa curricular dialogar sobre noção do "Índio" para os não "Índios", contextualizar sobre os povos indígenas do Ceará, sobre o movimento indígena no Ceará e educação escolar indígena.

Noção de Índio para os não índios e o ponto de vista dos Índios. Crítica à antropologia da perda de identidade. Unidade na Diversidade da Cultura Indígena. Especificidade dos povos indígenas do Ceará. Contextualização histórica do Movimento Indígena e do surgimento da Educação Escolar Indígena no Brasil. Conquista da Autonomia e da Diferença Indígena na Constituição de 1988. Multiplicação das escolas indígenas diferenciadas no Brasil e no Ceará. Importância, conquistas e desafios do Magistério Indígena em níveis médio e superior. Problemáticas da Educação Escolar Indígena e da Formação de Professores/as Indígenas hoje. Cosmologia Indígena nos conteúdos curriculares. Importância e realização da produção didática relativa à Educação Indígena nas escolas não indígena. Laboratório de práticas pedagógicas de produção didática voltada para a apreensão da Educação e Cultura Indígena na escola não indígena." (Projeto Político Pedagógico do Curso de Pedagogia Unilab – CE, 2016, p. 132-133).

Refletindo sobre o PPC do curso de Pedagogia Unilab – CE trouxemos alguns questionamentos referentes à componente curricular Educação Escolar Indígena realizada na pesquisa. Inicialmente, com os cinco estudantes, foi necessário saber se cursaram a disciplina Educação Escolar Indígena, para posteriormente dar sequência sobre a pesquisa com os (as) estudantes indígenas. Com base no Gráfico 1, observa-se que apenas quatro estudantes cursaram a disciplina.

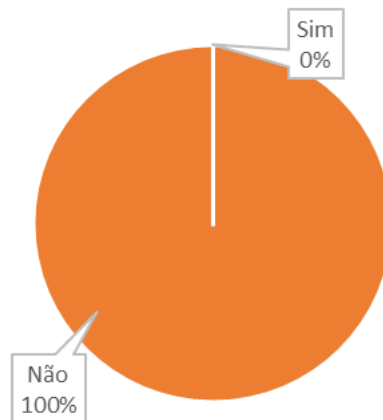
**Gráfico 1 – Pergunta “Você já cursou a disciplina ‘Educação Escolar Indígena’?”**



Fonte: Autor

Com base nos estudantes que cursaram a disciplina, citada anteriormente foi indagado se o (a) professor (a) que ministrava a disciplina era indígena, visto que a disciplina era voltada para a educação dos povos indígenas. Com base nas respostas coletadas, e apresentadas no Gráfico 2, ficou claro que a disciplina Educação Escolar Indígena, nunca foi ministrada por um docente indígena.

**Gráfico 2 - O docente que ministrava a disciplina Educação Escolar Indígena era indígena?**



Fonte: Autor

Assim, pode-se perceber que apesar da disciplina ser voltada para os povos indígenas a instituição não possui docentes indígenas que possam ministrar a componente e nem nunca convidou um (a) docente indígena para ministrar. Embora o docente que ministrou a componente curricular tenha capacidade para ministrar a disciplina, pode deixar a desejar nos aprofundamentos dos temas estudados na componente, visto que um

docente indígena vivência o que se trabalha nas aulas, tanto é que ao perguntar aos discentes como se sentiam em relação a uma disciplina ministrada por um não indígena percebemos que os estudantes narram que teriam um aproveitamento melhor da mesma se tivessem um (a) professor (a) indígena ministrando a componente. A seguir as respostas coletadas com base nas narrativas dos (as) estudantes:

*“Foi muito bom, pois contribui um pouco para a minha trajetória e conhecimento junto com a turma.”*

*“Foi muito bom estudar essa disciplina, mas seria melhor se tivéssemos um professor ou professora indígena ministrando as aulas.”*

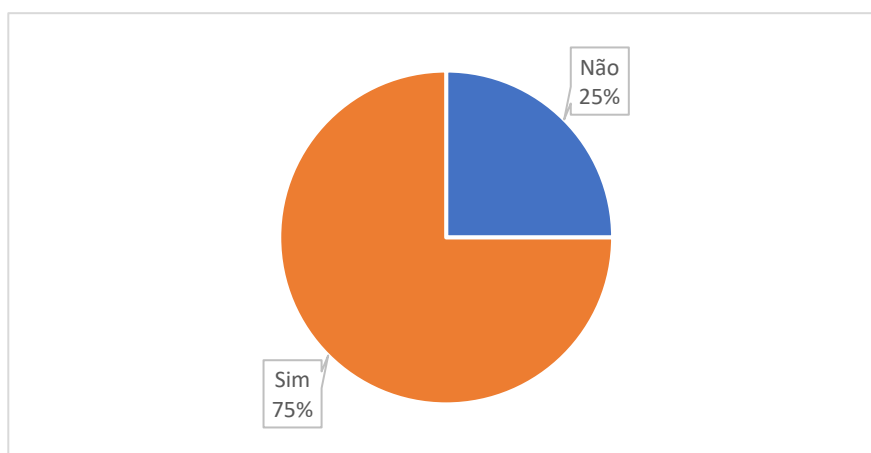
*“Foi péssimo!”*

*“Foi essencial para minha formação. Porém se tivesse sido ministrada por um professor Indígena teria sido melhor.”*

Podemos observar diante das respostas uma necessidade por um docente indígena para ministrar a única componente curricular que versa sobre a educação escolar indígena, a importância de se falar sobre os povos originários tendo eles como sendo os próprios coadjuvantes de suas lutas, o que impacta de forma muito significativa a formação desses estudantes indígenas e dos demais discentes do curso. O que vale refletir diante dessas respostas é um questionamento já mencionado anteriormente: será que o ensino superior está preparado para atender esses (as) estudantes indígenas? Será que as instituições de ensino superior estão preparadas para construir um currículo que atenda esses estudantes? Para aprofundarmos esses questionamentos, outros pontos importantes serão discutidos no decorrer do estudo.

Uma outra questão importante a ser comentada em consideração a esse debate que estamos construindo sobre formação de estudantes indígenas na Unilab, no curso de pedagogia se os textos estudados na componente Educação Escolar Indígena eram de autoria indígena?, e as respostas podem ser visualizadas no Gráfico 3.

**Gráfico 3 - Os textos estudados na componente Educação Escolar Indígena eram de autoria indígena?**



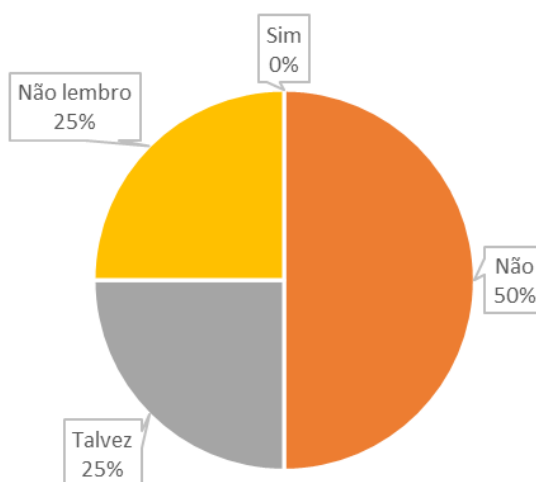
Fonte: Autor

Ao analisar o Gráfico 3 nota-se que das 4 respostas uma delas nos diz que não estudou textos de autoria indígenas na disciplina e as outras três respostas confirmaram a existência de referências textuais de autoria de indígenas na componente curricular. Ao comparar as respostas com o plano de ensino da componente curricular percebi que os docentes da disciplina trabalharam com textos de referências não indígenas, mas o plano indica leituras de textos de autoria de professores/as indígenas, Projeto Político Pedagógico de Escolas Indígenas, mas que não estão definidos no plano quem são esses autores/as o plano de aula indica estudos com vídeos, filmes para se fazer um diálogo indireto esses povos.

O que podemos nos perguntar: “será que os textos de autoras e autores indígenas são irrelevantes para uma componente voltada para indígenas?”, “será que os conhecimentos dos povos originários não possuem valor?” As indagações levantadas anteriormente não são para desqualificar as referências de pesquisadores(ras) não indígenas, até porque algumas obras são de grande relevância para se compreender o contexto dos povos originários no Brasil, mas o que a pesquisa pretende é refletir sobre a importância de se trabalhar com referências e conhecimentos que os povos indígenas podem trazer no contexto em que está situado a Unilab – CE.

No gráfico 4 veremos com mais clareza o que estamos falando em relação a essas referências.

**Gráfico 4 - Estudo de textos indígenas em outras componentes**



Fonte: Autor

Nesse Gráfico 4 temos uma outra dimensão sobre se os discentes estudaram autores ou autoras indígenas em outros componentes curriculares do curso, o que vemos é que 50% das respostas assinalam a opção de que não lembram de ter visto textos de autoria indígena em outras componentes além da disciplina Educação Escolar Indígena. 25% assinalaram a opção de que talvez tenham visto materiais de referências indígenas durante o curso e os outros 25% não lembram de ter estudados com autores e autoras indígenas. Podemos compreender que há muito a se fazer para chegar a um currículo que contemple os povos originários nas universidades públicas, um caminho a se buscar é começar dá uma maior relevância às referências indígenas para dialogar com as outras componentes curriculares. Na Tabela 02 podemos ver alguns textos de autorias indígenas que podem ser utilizados como base de estudo nas componentes do curso de pedagogia.



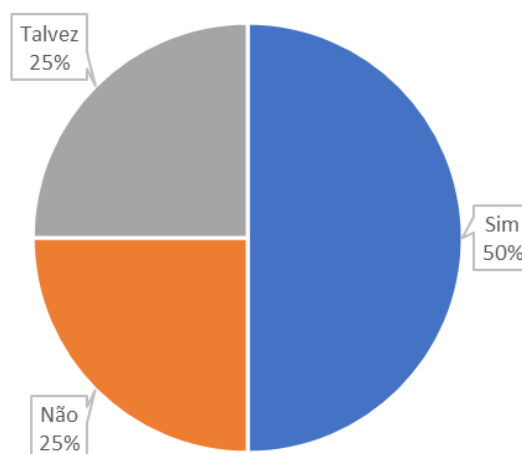
**Quadro 01 – Sugestões de Autores e autoras indígenas e suas obras**

<b>Autores (as)</b>	<b>Povo</b>	<b>Obras</b>
Maria da Paz Carneiro de Souza	Tremembé da Barra	Os desafios do gestor relacionado ao seu papel da Educação Escolar Indígena na escola indígena Broelhos da Terra
Rita Elisangela Pereira da Silva	Potiguara - aldeia Vila Nova	Espiritualidade do povo indígena Potiguara da aldeia Vila Nova
Suzenilson da Silva Santos	Kanindé	Um museu indígena como estratégia interdisciplinar de formação entre os Kanindé no Ceará
Antônia Aldeniza Silva Santos e Antônia Gessica Barroso da Silva	Kanindé	Kanindé de Aratuba: Pajé Maciel, seus costumes e saberes.

Fonte: Adaptada de Centro de Defesa e Promoção dos Direitos Humanos da Arquidiocese de Fortaleza - CDPDH e Associação para Desenvolvimento Local Co-produzido - ADELCO

O Gráfico 5 mostra o grau de satisfação dos estudantes com a disciplina Educação Escolar Indígena.

**Gráfico 5 - Grau de satisfação dos estudantes indígenas com a disciplina Educação Escolar Indígena**



Fonte: Autor

Sabemos que a presença dos saberes indígenas e suas visões de mundo ainda são muitos "escassos" nas universidades públicas e que esses conhecimentos ancestrais são tratados como irrelevantes. Segundo Brand e Calderone.

Podemos, certamente, afirmar que os saberes indígenas e, portanto, suas visões de mundo, seguem ausentes ou restritos a um espaço marginal nas práticas de ensino e no currículo formal, nos quais são colocados como diferentes, enquanto, desiguais, exóticos e estranhos e que pouco têm a dizer ou aportar ao conhecimento legitimado como válido dentro das Universidades (BRAND in CALDERONE 2012, p.184)

Durante a pesquisa, questionamos os estudantes sobre se houve, durante sua experiência acadêmica no curso de pedagogia, o aproveitamento, por parte do curso e dos (as) docentes, dos saberes oriundos das aldeias dos estudantes e seus compartilhamentos no espaço acadêmico para a integrar a formação do pedagogo (a) no Curso de Licenciatura em Pedagogia da Unilab - CE. Obteve-se as seguintes respostas.

*“Sim, em alguns componentes pude colocar os saberes do meu povo e de outros povos indígenas.”*

*“Não. Penso que nossa cultura deveria ser melhor disseminada dentro da universidade.”*

*“Sim. Quando eu cursei essa disciplina muitos já tinham vindo conhecer a comunidade do povo Pitaguary. Que por sinal falaram muito bem.”*

*“Não. Acho que seria bem interessante”*

*“Sim . Em atividades de algumas componentes curriculares do curso de pedagogia em momentos de compartilhamento de nossos saberes e fazeres indígenas.”*

Ao observar as respostas percebe-se que há controvérsias nos entendimentos e nas experiências vividas. Em algumas vivências no curso ou em outros espaços da universidade houve uma interação ou uma troca de conhecimentos ancestrais desses estudantes indígenas na Unilab, o que é muito significativo porque a universidade está abrindo espaços para a “voz” e aos saberes que frequentemente não estão nesses espaços acadêmicos, nas discussões a parte dos próprios sujeitos detentores desses conhecimentos tradicionais. E que de acordo Brand e Calderone (2012):

[...]podemos já visualizar um importante caminho de práticas pedagógicas relevantes, o de construir ou criar espaços e "contextos relacionais" (FLEURI, 2006) dentro das IES nos quais todos, acadêmicos indígenas, com suas visões de mundo e lógicas de produção de conhecimento e professores e

pesquisadores, também, com suas visões de mundo e lógicas de produção de conhecimento, possam desenvolver relações de reciprocidade e troca, tendo em vista desafios comuns, no caso, a construção de novos saberes para novos e cada vez mais complexos problemas que todos vivenciamos. (BRAND in CALDERONE, 2012, p.185)

E para pensarmos sobre construir práticas pedagógicas é muito importante refletirmos sobre as trajetórias desses estudantes e suas vivências na universidade. Também nota-se pelas respostas dadas que há pouca valorização desses saberes sendo usados para fortalecer essa formação do pedagogo, sobretudo nesse componente curricular. Outro (a) estudante, considera que não, pois acredita que sua cultura deveria ser melhor disseminada dentro da universidade, extrapolando o universo do curso de pedagogia e ampliando para a Universidade como um todo.

A última questão discutida com os (as) estudantes indígenas foi como descrevem suas trajetórias na Unilab – CE.

*“Foi uma alegria imensa quando soube da notícia que eu havia conseguido passar para uma universidade, no entanto, houve muitos desafios e dificuldades. Passei necessidades, sofri racismo e preconceito, mas obtive muitos conhecimentos com alguns docentes e discentes da instituição.”*

*“Entrar na Unilab, para mim, foi algo engrandecedor, algo incomensurável. Hoje quando me vejo próximo de concretizar esse sonho, fico imaginando como consegui chegar até aqui, foram tantos percalços, dificuldades, mas enfim, Pai Tupã, meus ancestrais tem me ajudado nessa empreitada. Só gratidão.”*

*“Minha trajetória está sendo um pouco complicada por conta de alguns problemas, mas na medida do possível está se resolvendo. Hoje tenho orgulho de ser estudante indígena da Unilab.”*

*“Minha passagem pela Unilab, me trouxe grandes conhecimentos que irei levar para o resto da vida, principalmente na minha vida profissional”*

*“Foi uma trajetória que teve um início bem complicado na questão de adaptação à vida acadêmica, mas que foi superada ao longo do curso com ajuda de amigos e professoras.”*

As trajetórias desses estudantes indígenas são marcadas por desafios e lutas, de sonhos em estarem nesse espaço acadêmico, de resistência coletiva dos povos originários do Ceará, da força de uma ancestralidade que busca para além desses espaços

universitários, mostra que há uma produção de conhecimentos ali na comunidade, e que é muito importante para essas populações tradicionais a entrada na Universidade.

## • 6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A formação de futuros professores e professoras indígenas ainda é um grande desafio para as universidades públicas em grande parte do território brasileiro. Há raríssimas ofertas de formações no território nacional que contemplem as cosmologias indígenas, as línguas e suas culturas, valorizando os (as) indígenas como protagonistas dessa produção de saber e tendo os (as) próprios (as) indígenas como docentes. A superação do racismo e de preconceitos aos povos originários é um desafio ainda a ser alcançado dentro e fora das universidades públicas, o acesso a esses espaços não garantem uma permanência tranquila ou efetiva, muitos desafios são postos nesse processo de formação de futuros (as) docentes indígenas e o diálogo dos saberes tradicionais indígenas com conhecimentos acadêmicos ainda é muito raso mesmo que já se tenha avançado muito no decorrer dos últimos anos, porque temos introduzido pelo pensamento ocidental segundo Hartmann, Carvalho *et al.* (2019, p.10).

As universidades brasileiras foram constituídas tendo como modelo as universidades europeias modernas e, para isso, operaram sob o signo de uma dupla negação, científica e cultural. Nesse processo, foram excluídos os saberes científicos e tecnológicos dos nossos povos tradicionais – indígenas, afro-brasileiros e quilombolas – e também as tradições culturais, inclusive populares, dos nossos povos e comunidades, como se o ambiente universitário comportasse apenas as expressões culturais de cunho ocidental associadas com a modernidade e com uma ideia de erudição. (HARTMANN; CARVALHO; SILVA, ABREU, 2019, p.10)

As reflexões aqui expressas nos permite compreender o quanto ainda temos que construir na luta cotidiana de nossa existência e na perspectiva da construção de políticas públicas para garantir aos povos originários a sua presença ativa dentro desses espaços de poder e de produção de saberes para ativar políticas educacionais dentro do ensino superior, para garantir às populações indígenas que as especificidades dos seus saberes sejam contemplados nos currículos da educação básica à universidade.

Observamos que com a coleta de dados efetuada a componente curricular Educação Escolar Indígena é um caminho para expandir com mais clareza questões importantes relacionados aos povos originários e um começo para interação de saberes indígenas na universidade, mas também constatamos que ainda essa única oferta, num

curso de formação docentes, contempla pouquíssimo os saberes de estudantes indígenas na universidade, não abre espaço para bibliografia de autores(as) indígenas e não abre espaço para professores(ras) indígenas ministrarem essa componente curricular no curso de Licenciatura em Pedagogia, nem mesmo no curso de Bacharelado Interdisciplinar em Humanidades (BHU). Há uma longa caminhada para percorrer objetivando o que se pode alcançar. Concluímos ainda, que há uma grande necessidade da presença de um docente indígena que contemple as especificidades da disciplina. Não há concursos previstos para a entrada de um docente indígena, também, não há proposta concreta para trazer os mestres e mestras indígenas para adentrar a universidade por meio do reconhecimento do notório saber<sup>5</sup> para que esses, na ausência de um concurso, possam atuar como docentes.

Para além disso uma questão também é relevante a sociabilidades plurais desses estudantes na universidade, espaço não somente de produção de conhecimentos curriculares, mas, também de convívio e de trocas de experiências únicas e singulares para cada estudante nas suas relações com professoras(es), e com outros estudantes.

A Unilab é uma universidade única no estado do Ceará se pensarmos o quanto sua proposta pedagógica é importante para o Maciço de Baturité e o quanto a diversidade dentro desse espaço acadêmico é relevante para novas produções de conhecimentos. Mas, ainda falta muito para contemplar todas as especificidades da comunidade acadêmica, entre elas a falta de políticas de ação afirmativa efetivas que garantam a entrada e permanência de populações tradicionais dentro da universidade. As questões aqui feitas relacionadas a Unilab – CE e em específico ao curso de Licenciatura em Pedagogia não procurou trazer respostas prontas ou absolutas, mas refletir sobre indagações pertinentes relacionadas a formação dos primeiros estudantes indígenas do curso de Pedagogia, que possam trazer caminhos para se pensar em novas possibilidades que garantam uma pedagogia pensada para esses estudantes indígenas e aos posteriores.

Assim, valorizar e integrar os saberes dos povos originários, em particular do Ceará, e, o quanto podem contribuir para o curso de Licenciatura em Pedagogia e para a universidade como um todo. Entendemos que um primeiro passo possa ser dado nesta

---

<sup>5</sup> Em 11 de fevereiro de 2021 a Resolução CONSEPE/UNILAB N° 53, aprovou a criação de certificação em "Notório Saber em Artes, Ofícios e Cosmologias Tradicionais" que certifica Mestres e Mestras com reconhecimento público e visibilidade. Mas esse processo foi retido pela Reitoria e a presidência do Conselho e em um ato de luta e resistência dos diversos movimentos de estudantes da Unilab uma campanha para implementação do Notório Saber foi feita com abaixo assinado de apoiadores/as que foi importante nesse ato de solidariedade e indignação diante dessa situação absurda.

direção, transformar a componente curricular Educação Escolar Indígena como componente obrigatória, com 60h aulas e a contratação de um docente indígena para ministrar ou um convite a um coletivo indígena, já seria um começo importante e significativo para outras mudanças visando o melhor acolhimento e o respeito aos saberes dos (as) estudantes indígenas que adentram a Unilab campus do Ceará e da Bahia.

## • REFERÊNCIAS

Antônio J. BRAND; Valéria A. M. O. CALDERONI. Povos indígenas, conhecimentos tradicionais... Série-Estudos... Campo Grande, MS, n. 34, p. 179-188, jul./dez. 2012.

BRASIL. [Constituição (1988)]. Constituição da República Federativa do Brasil de 1988. Brasília, DF: Presidência da República, [2016]. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/Constituicao/Constituicao.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constituicao.htm). Acesso em: 06 jan. 2023.

BRASIL. Lei 11.645, de 10 de março de 2008. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/ato2007-2010/2008/lei/111645.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/ato2007-2010/2008/lei/111645.htm). Acesso em: 06 de janeiro de 2023.

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria Especial de Políticas de Promoção da Igualdade Racial. Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana. Brasília, 2004. Disponível em: <http://www.uel.br/projetos/leafro/pages/arquivos/DCN-s%20-%20Educacao%20das%20Relacoes%20Etnico-Raciais.pdf> Acesso em: 06 de janeiro de 2023.

BRASIL, LDB – Lei n 9394 de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional, Brasília.

BROSTOLIN, Marta Regina; CRUZ, Simone Figueiredo. Educação e sustentabilidade: o porvir dos povos indígenas no ensino superior em Mato Grosso do Sul. **Interações**, Campo Grande, v. 11, n. 1, p. 33-42, jul. 2010.

CARVALHO, Jailda Evangelista do Nascimento; SANTOS, Jânio Ribeiro dos; LOPES, Edinéia Tavares. EDUCAÇÃO ESCOLAR INDÍGENA: UM ESTUDO EM UM CONTEXTO INDÍGENA. **Fórum Identidades**, Sergipe, v. 3, n. 2, p. 67-73, jun. 2008.

COLLET, Célia Letícia Gouvêa. Interculturalidade e Educação Escolar Indígena: Um breve histórico. In: GRUPIONI, Luís Donisete Benzi (org.). Formação de professores indígenas: repensando trajetórias. Ministério da Educação, Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade. Brasília, 2006.

FERREIRA, Antonio Jeovane da Silva; SANTOS, Eliane Costa; COSTA, Jacqueline da Silva. **Ingressos de quilombolas e indígenas na Unilab: uma proposta que nasce no quilombo sítio Veiga - Quixadá/ce**. Horizontes: Revista de Educação, Grande Dourados, v. 9, p. 119-147, jan. 2022.

GIL, A. C. Como elaborar projetos de pesquisa. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2007.

GOLDENBERG, M. A arte de pesquisar. Rio de Janeiro: Record, 1997.

HARTMANN, Luciana; CARVALHO, José Jorge de; SILVA, Renata de Lima; ABREU, Joana. Tradição e tradução de saberes performáticos nas universidades brasileiras. Repertório, Salvador, ano 22, n. 33, p. 8-30, 2019.2 DOI: <https://doi.org/10.9771/r.v0i33.32015>

LEITE NETO, João. **Índios e Terras no Ceará: 1850-1880**. 2006. 242 f. Tese (Doutorado) - Curso de Doutorado no Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2006. Cap. 1.

MAPA da Situação do Procedimento Demarcatório das Terras Indígenas do Ceará. Disponível em: <https://www.cdpdh.org.br/post/mapa-da-situa%C3%A7%C3%A3o-do-procedimento-demarcad%C3%B3rio-das-terras-ind%C3%ADgenas-do-cear%C3%A1-demarcace>. Acesso em: 06 jan. 2023.

MARTINS, Suerdo Gomes; SANTOS, Suzenilson da Silva. **PELAS VEREDAS DA MEMÓRIA: HISTÓRIA, AFIRMAÇÃO ÉTNICA E ORGANIZAÇÃO COMUNITÁRIA ENTRE OS ÍNDIOS KANINDÉ**. 2016. 42 f. TCC (Graduação) - Curso de Licenciatura Intercultural Indígena Pitaguary, Tapeba, Kanindé, Jenipapo Kanindé e Anacé - Lii Pitakajá., Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2016

OMOLOKO CEARÁ (Ceará) (org.). **O que é a resolução do notório saber da Unilab e como defendê-la**. 22 nov. 2022. Instagram: @omolokoceara. Disponível em: <https://www.instagram.com/p/CIQmbRpOO9s/?igshid=YmMyMTA2M2Y=>. Acesso em: 24 jan. 2023.

Plano de Ensino da Componente Curricular Educação Escolar Indígena. Do curso de Licenciatura em Pedagogia. Redenção - CE de 2016.

POVOS indígenas no Ceará. Disponível em: <https://www.fepoince.org/povos-ind%C3%ADgenas-no-cear%C3%A1>. Acesso em: 06 jan. 2023.

Projeto Pedagógico Curricular - Licenciatura em Pedagogia. Redenção - CE, julho de 2016. Disponível em: [Pedagogia \(unilab.edu.br\)](http://Pedagogia.unilab.edu.br). Acesso em: 06 de janeiro de 2023.

SANTOS, Antônia Aldeniza Silva; SILVA, Antônia Gessica Barroso da. Kanindé de Aratuba: Pajé Maciel, seus costumes e saberes. In: SANTOS, Antônia Aldeniza Silva; SILVA, Antônia Gessica Barroso da. **Kanindé de Aratuba: Pajé Maciel, seus costumes e saberes**. Fortaleza: Cdpdh, 2022. Cap. 22. p. 183-190.

SANTOS, Suzenilson da Silva. **UM MUSEU INDÍGENA COMO ESTRATÉGIA INTERDISCIPLINAR DE FORMAÇÃO ENTRE OS KANINDÉ NO CEARÁ**. 2021. 207 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Mestrado Interdisciplinar em Humanidades, Instituto de Humanidades, Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira - Unilab, Redenção, 2021.

SILVA, Evania Maria Lima da; SANTOS, Elenilson Gomes dos; JALES, Terezinha Gomes dos Santos. **A Educação Escolar Indígena dos Kanindé de Aratuba**. Fortaleza: Cdpdh, 2022. p.76

SILVA, Rita Elissângela Pereira da. **ESPIRITUALIDADE DO POVO INDÍGENA POTIGUARA DA ALDEIA VILA NOVA**. 2015. 47 f. Monografia (Especialização) - Curso de Programa de Formação Para A Docência - Prodoc Habilitação História, Língua Portuguesa e Ensino Religioso, Instituto Superior de Teologia Aplicada - Inta, Sobral/Ceará, 2015.



SOUZA, Maria da Paz Carneiro de. Os desafios do gestor relacionado ao seu papel na educação escolar indígena na Escola Indígena Brolhos da Terra. **Instituto de Educação Superior e Profissional – Ies**, Itapipoca-Ce., p. 4-19, 2020.

UNIVERSIDADE DA INTEGRAÇÃO INTERNACIONAL DA LUSOFONIA AFRO-BRASILEIRA. **Resolução complementar CONSUNI N° 3, de 4 de dezembro de 2020**. [S. l.], 4 dez. 2020.

XAVIER, Antônio Roberto; VASCONCELOS, José Gerardo. POVO KANINDÉ DE ARATUBA-CE: HISTÓRIA, AFIRMAÇÃO ÉTNICOCULTURAL E EDUCAÇÃO. **Revista Cocar**, Belém, v. 12, n. 24, p. 472-500, dez. 2018.